

## Teoria Queer e Relações Internacionais: análise da permeabilidade acadêmica de gênero no Brasil

### *Queer Theory and International Relations: analysis of gender academic permeability in Brazil*

LEONARDO MERCHER<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo utiliza-se da teoria queer para investigar a permeabilidade de teorias e temáticas de gênero em Relações Internacionais no Brasil. Para investigá-la, fez-se a análise do grupo social acadêmico de Relações Internacionais: por meio do conteúdo bibliográfico presentes nos editais de seleção de pós-graduação; nos temas tratados pelas teses doutorais, produzidas nos 16 programas de Relações Internacionais e Ciência Política, de 2010 a 2018; e do espaço ao tema na ABRI, ABCP e ISA. Os resultados obtidos indicam baixa permeabilidade de gênero nas Relações Internacionais no Brasil: com baixa presença temática na bibliografia de seleção; ausência de espaço institucionalizado na ABRI, em relação à ABCP e ISA; e número reduzido de teses publicadas no tema, 5 de 405 em Relações Internacionais. O resultado vai de encontro com a percepção do atual ativismo acadêmico do MulheRIs por maior espaço de gênero no grupo social.

**Palavras-chave:** Gênero. Queer. Permeabilidade.

**Abstract:** This article uses queer theory to investigate the permeability of gender theories and themes in International Relations in Brazil. To investigate it, the analysis of the academic social group of International Relations was made: through the bibliographic content present in the post-graduate selection papers; in the topics covered by the doctoral theses, produced in the 16 programs of International Relations and Political Science, from 2010 to 2018; and from space to theme at ABRI, ABCP and ISA. The results indicate low permeability of gender in International Relations in Brazil: with low thematic presence in the selection bibliography; absence of institutionalized space in ABRI, in face of ABCP and ISA; and a reduced number of theses published in the theme, 5 of 405 in International Relations. The result agrees with the perception of the current MulheRIs academic activism for gender space in our social group

**Keywords:** Gender. Queer. Permeability.

Recebido em:  
28 de Maio de 2018

Received on:  
May 28, 2018

Aceito em:  
27 de Agosto de 2018

Accepted on:  
August 27, 2018

DOI: 10.12957/rmi.2017.34466

<sup>1</sup>Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Relações Internacionais e Artes Visuais no Centro Universitário Internacional (UNINTER). **Endereço para correspondência:** Rua Treze de Maio, 538, Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e de Segurança, Coordenação de Relações Internacionais, Centro, Curitiba – PR, Cep 80510-030. E-mail: [leonardo.m@uninter.com](mailto:leonardo.m@uninter.com).

## 1. Introdução

Os estudos de gênero nas Relações Internacionais (RI) possuem contribuições teóricas significativas que podem ser aplicadas ao cenário brasileiro. Comumente, estudantes e pesquisadores acreditam que as teorias de gênero se limitam em explicar apenas questões de gênero, como perseguições sexuais e outras dinâmicas relacionadas às mulheres e minorias de direitos – ou seja, ao próprio gênero como objeto de análise. Contudo, como Cynthia Weber (2016) e tantos outros pesquisadores afirmam, é possível estudar questões como soberania dos Estados até temas ambientais e processos transnacionais. No presente artigo irei expor os resultados da aplicação da perspectiva queer (Weber, 2016) sobre a permeabilidade de gênero (Halliday, 1988) no grupo social acadêmico de RI (Phull *et al.*, 2018). Dessa forma, é importante salientar a potência de trabalhar gênero não apenas como objeto de análise, mas também como ótica de análise sobre a realidade.

É preciso ressaltar que o incentivo da presente pesquisa se deu pelas demandas observadas do grupo ativista MulheRIs, expressas na 59<sup>a</sup> Conferência da *International Studies Association* (ISA, 2018), na cidade de San Francisco (EUA) à qual estive presente. O grupo,

que contava ainda com integrantes do grupo ativista MARIAS<sup>2</sup>, lá se reuniu e problematizou o espaço institucional para temáticas de gênero na academia brasileira. A partir desse cenário, diferente dos EUA, busco investigar a permeabilidade, ou seja, a presença e a abertura no grupo social – nossa academia de RI no Brasil – dos estudos e perspectivas de gênero. Também precisamos levar em consideração que a realidade brasileira é distinta da estadunidense e europeia, mas é na fala dos agentes locais que podemos cuidar um pouco dessa diversidade no ato da pesquisa.

Com apoio metodológico de Halliday (1988), Weber (2016) e Phull (*et al.*, 2018) delimito a presente pesquisa em três dimensões: a bibliografia cobrada nos processos de seleção de pós-graduação; a produção de teses; e os espaços institucionais de diálogo das associações acadêmicas para o tema (ABRI, ABCP e ISA). O recorte ao grau de doutoramento na segunda dimensão de análise se justifica por serem esses profissionais responsáveis em produzirem teses sobre a realidade e orientar as práticas sociais e institucionais na área (Phull *et al.*, 2018).

---

<sup>2</sup> “Projeto que surgiu com alunas da graduação e da pós em Relações Internacionais na UnB de expandir o estudo e trabalho da questão de gênero nas RIs.” (Marias, 2018).

A presente pesquisa, contudo, não visa esgotar o tema, muito menos trazer respostas absolutas, mas apenas observações da permeabilidade à luz da perspectiva queer sobre os dados coletados. Portanto, para facilitar a compreensão da metodologia e análise dos resultados o presente artigo está dividido em três seções que irão tratar, respectivamente: dos estudos de gêneros e da teoria queer em Relações Internacionais; da apresentação dos dados coletados; e as considerações finais sobre a pesquisa, seguidas das referências utilizadas.

### ***Teorias de gênero nas RI: a perspectiva queer***

As teorias de gênero que alcançaram as salas de aula e as pesquisas em RI se desenvolveram inicialmente e em outras ciências e, quase sempre, em parceria com o ativismo por direitos sociais. Em determinados momentos, como na segunda onda do feminismo ocidental, 1950 a 1980, a produção filosófica de Simone de Beauvoir se uniu aos movimentos ativistas feministas nas ruas da França e do mundo. Em outros momentos, a academia e o ativismo de gênero tiveram seus desentendimentos (Schmidt, 2006). Mas, de modo geral, as teorias de gênero se expandiram em diversas frentes de debates diante dos

desafios tanto sociais quanto acadêmico-científicos.

Ao final dos anos 1980, Halliday (1988) trouxe em seu trabalho, com tom denunciativo, a baixa permeabilidade dos estudos de gênero em periódicos e nos debates acadêmicos das RI. O pesquisador criticava o recorte do nível de análise das RI apenas à alta política (assuntos de segurança e relações diplomáticas), esquecendo da dimensão social e individual que sustentariam as dinâmicas internacionais. Ainda nos anos 1980 a terceira onda de feministas se compreenderam como um movimento de debate de pluralidade e de diversidade de gêneros, o que irá dar espaço para métodos que questionavam as relações binárias – não apenas entre sexos, mas também nos valores e no fazer humano, como as relações internacionais.

Ao final da Guerra Fria, as teorias estruturalistas e sistêmicas das RI precisaram se readequar, enquanto que Spike Peterson (1992) e Christine Sylvester (1994) ganhavam espaço com suas explicações de gênero. Seguindo o posicionamento crítico de Peterson e Sylvester, Franke Wilmer, em sua publicação *The social construction of man, the state, and war* (2002) também se dirigia criticamente ao realismo de Kenneth Waltz, reafirmando uma posição mais sociológica para se analisar

as unidades das RI. Na mesma linha, em busca por compreender as capacidades e recursos de poder, as teóricas Marisa Zalewski e Cynthia Enloe (1995) trouxeram debates sobre identidades e valores masculinos e femininos no processo das forças armadas e da relação entre gênero e o poder no âmbito internacional.

Entretanto, esses trabalhos ainda eram produzidos no centro epistêmico do mundo ocidental e, muitas vezes, elaborados apenas para compreender o próprio cenário disposto pelos estudos tradicionais das Relações Internacionais. Como ocidental e marxista, Sandra Harding (1986) já apontava para o perigo de não se pensar a produção de conhecimento e verdades que advém de sociedades dominadas por um tipo de gênero, enquanto que Chandra Mohanty (1988), reconhecida como feminista pós-colonialista, indicava que o feminismo ocidental não retratava os desafios e as necessidades de outras regiões do mundo: permaneceria um certo binarismo do ‘eu’ ocidental e de todo o estrangeiro como uma coisa só, o ‘outro’ que precisa ser ‘eu’. Dessa forma, olhar para as RI como reflexo das relações sociais e também de gêneros demandaria do pesquisador delimitar o grupo social de análise.

A teoria queer, como parte desse processo, possui raízes e contribuições diversas, desde a filosofia dos rebeldes (Foucault, Deleuze e Derrida), passando por Judith Butler (1990) até Weber (2016). A busca em ultrapassar análises binárias e hipóteses dicotômicas, leva à especialização nos grupos sociais em análise para identificar as diversas variáveis explicativas possíveis, mas que não necessariamente funcionariam em outros grupos sociais. Por exemplo, seria possível classificar cenários internacionais apenas entre cenários de guerra ou de paz? Essa tentativa trouxe mais complicações do que respostas. Explicações sistêmicas também tendem a dificultar a compreensão por simplificarem excessivamente os agentes, as dinâmicas e o cenário. A Guerra Fria foi um período de guerra ou de paz? Dependendo do grupo social e do nível de análise ela pode ter sido um conjunto de conflitos regionais (guerra?), concorrência ideológica e de mercados (paz?), paz armada (paz ou guerra?) e tantas outras. Por isso que as tentativas de classificação binária (guerra é conflito e paz é não-conflito), sobretudo genéricas ou sistêmicas (para todo o sistema internacional, por exemplo) criam mais problemas do que explicariam a realidade internacional.

Normal e deficiente, homem e mulher, branco ou negro, nacional ou

estrangeiro, guerra ou paz, cenário doméstico ou internacional e outras classificações binárias (agrupando tudo em dois lados opostos) podem ocultar variáveis explicativas importantes, como a mais comumente analisada pelos teóricos queer que é a das relações de gênero na base social. Uma ressalva deve ser feita ainda sobre a classificação binária onde, muitas das vezes, uma terceira classificação é criada para dar vazão a todas as outras duas já desgastadas, como no caso de desenvolvido, não desenvolvido e em desenvolvimento, ou então centro, periferia e semiperiferia, ou ainda branco, negro e mestiço. O que os teóricos queer buscam, como Weber (2016), é a compreensão e análise a partir da diversificação – e não de definições excludentes (Butler, 1990).

Quando em uma análise iniciamos com perguntas e hipóteses dicotômicas que levam a uma ou outra variável é possível que caiamos no binarismo da explicação. Respostas (ou hipóteses) que levam ao ‘sim’ ou ao ‘não’ já não são tão eficientes em RI, pois é preciso identificar o que explica o ‘sim’ e o ‘não’. Portanto, ao escolher utilizar a teoria queer em análise nas RI é preciso compreender que: i) os níveis de análise não se limitarão apenas ao internacional, mas deve-se olhar para as sociedades que fazem o internacional, em sua base

de relações e valores e ao grupo que condensa essas relações; ii) ao invés de comprovar ou refutar uma hipótese, provavelmente irá mensurar graus explicativos (H1, H2, H3 etc.) e de suas variáveis; iii) além de ser necessário, em alguns casos, observar as relações entre gênero, valores e poder nos múltiplos níveis de interação social.

Por exemplo, os trabalhos de Weber (2016) sobre soberania, os EUA não reproduzem uma política externa de homens ou de mulheres, mas de homens brancos heterossexuais conservadores e nacionalistas, o que aproxima esses indivíduos do discurso do atual presidente Donald Trump (Weber, 2016), mas afasta de grupos como homens brancos homossexuais liberais ou das mulheres asiáticas imigrantes. Os valores predominantes aqui são múltiplos em suas origens (heteronormatividade, tradição, nacionalismo, racismo etc.), mas se agrupam em um grupo social dominante e ganham corpo internacional por meio do Estado (EUA).

No caso da teoria queer pode-se observar a presença de valores sociais por meio das interações sociais e de valores em um grupo social que, conseqüentemente, determinará o cenário para si e talvez para os demais externos ao grupo (comunidades epistêmicas em políticas

públicas, por exemplo). Como dinâmica importante, a permeabilidade, portanto, mostra se os valores em questão (gêneros e suas perspectivas) fazem parte e quão parte seriam do grupo social a ser analisado: a academia brasileira de RI. Por isso, na próxima seção investiga-se, de forma breve, o grupo acadêmico de RI em seus mecanismos de seleção na pós-graduação, a presença no espaço de produção de teses e os espaços institucionais de diálogo, como as associações.

### ***Gênero e RI no Brasil: grupo social e sua permeabilidade acadêmica***

Como mencionado, a teoria queer indica observar o grupo social de acordo com o tema tratado (Weber, 2016) e, nesse sentido, o grupo a ser investigado é o acadêmico de RI no Brasil. Não se deve confundir aqui grupo social (mundo acadêmico) com os grupos de ativismo social (MulheRIs e MARIAS), ainda que os ativistas sejam parte do grupo social de RI. Mas quem é esse grupo social? Primariamente ele é composto por professores, pesquisadores, alunos, profissionais e suas instituições públicas, privadas e associações. E como podemos visualizar o grupo? Por meio de suas publicações, instituições, relações entre seus membros, ações concretas e outras materialidades.

A delimitação do grupo na presente pesquisa ocorre na identificação da formação acadêmica em Relações Internacionais, sua produção e instituições. Nesse sentido, inicia-se a análise da bibliografia especializada e dos manuais teóricos de RI nos processos de seleção (2016-2018) dos 16 cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciência Política (CIPOL) e RI existentes no Brasil (Capes, 2017), depois investiga-se os temas das teses produzidas e os espaços institucionais associativos de RI.

Em análise da bibliografia obrigatória e específica dos processos de seleção de pós-graduação observou-se que esta não dá ênfase aos enfoques de gênero nas RI, valorizando o realismo, liberalismo e construtivismo como teoria. De modo geral, como temas, estão presentes a política internacional, política externa e dinâmicas do sistema de Estados. Poucos manuais são exigidos, prevalecendo textos específicos de autores para cada vertente teórica. Os dois autores mais encontrados foram Kenneth Waltz (Teoria das Relações Internacionais), Robert Keohane e Joseph Nye (Interdependência Complexa). Mas é possível ver presenças constantes também do próprio Halliday (Repensando as Relações Internacionais), de Alexander Wendt e Robert Cox.

O tema de gênero não se faz presente na maioria dessas bibliografias. Porém, exceções foram vistas, como no processo de seleção de CIPOL da UFMG em que é possível encontrar o texto *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro* (Collins, 2016) e no de RI da UNB que traz a área de pesquisa de gênero na descrição da professora Vânia Carvalho Pinto. O que mostra, ainda que muito pontualmente, certa permeabilidade presente na possibilidade de se tratar de gêneros nesses programas.

Esse dado, por si, já aponta que existira um baixo estímulo de sobre as perspectivas teóricas de gênero para ingressar nos programas de formação de mestrado e doutoral, mas não seria uma exclusividade dessas teorias. Na verdade, as perspectivas mais recentes, como pós-modernos, se mostram pouco presentes. Atualmente é possível encontrar alguns manuais que já trazem um peso maior ou equiparado de gênero às demais teorias (Salomón, 2016), defendendo sua relevância na formação do profissional internacionalista. Contudo, na maioria dos manuais teóricos que trazem as perspectivas de gênero ainda existe um certo grau de dificuldade em demonstrar a aplicação dos métodos dessas teorias, apontando mais para os temas de gênero do que propriamente para as variáveis e

delimitações dos níveis de análise em outros temas, como questões ambientais e globalização.

Após olhar para a bibliografia de seleção dos 16 programas, que pouco ou nada traziam sobre teorias de gênero e sua aplicação, busquei olhar para a produção das teses doutorais em RI e CP como um caminho a se entender a formação dos professores (formação epistêmica do saber) e espaços institucionais. A partir do *Relatório de Avaliação Quadrienal* (Capes, 2017) identifiquei 16 programas que possuíam doutorado em RI e CIPOL: CIPOL da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); CIPOL da Universidade Federal Fluminense (UFF); CIPOL da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); RI da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); CIPOL da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); RI da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); CIPOL da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); CIPOL da Universidade de São Paulo (USP); RI da USP; CIPOL da Universidade de Campinas (Unicamp); RI do Programa Santiago Dantas (Santiago Dantas); CIPOL da Universidade Federal do Paraná (UFPR); CIPOL da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); RI da UFRGS; CIPOL da Universidade de Brasília (UNB); e RI da UNB.

Todos os 16 bancos de teses dos programas de pós-graduação foram analisados, ou seja, o total nacional indicado pela Capes (2017) trouxe 770 teses defendidas, de 2010 a 2018. Dessas, 405 estão vinculadas com temas e teorias de Relações Internacionais. Das

770 apenas 22 utilizavam teorias ou temas de gênero, tanto em RI como em CIPOL. Dessas 22 teses apenas 5 tratavam de temas de gênero em vínculo com as RI, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Produção de teses em perspectiva de gênero no Brasil, 2010-2018

Universidade - Programa	Teses CIPOL & RI	Teses RI	Temas de Gênero CIPOL & RI	Perspectivas de gênero em RI
UFPE – CIPOL	59	22	-	-
UFF – CIPOL	44	14	-	-
UERJ – CIPOL	64	25	2	-
PUC-Rio – RI	33	33	-	1
UFMG – CIPOL	43	8	4	2
PUC-MG – RI	9	9	-	-
UFSCAR – CIPOL	40	6	1	-
USP – CIPOL	86	29	2	-
USP – RI	35	35	2	1
UNICAMP – CIPOL	68	29	2	-
SANTIAGO DANTAS – RI	59	59	-	-
UFPR – CIPOL	5	1	-	-
UFRGS – CIPOL	120	54	7	1
UFRGS – RI	31	31	-	-
UNB – RI	49	49	-	-
UNB – CIPOL	25	1	2	-
<b>TOTAL:</b>	<b>770</b>	<b>405</b>	<b>22</b>	<b>5</b>

Fonte: Autor, ago. de 2018.

É difícil dizer se 5 teses em gênero dentre 770 teses é um número baixo ou representativo de acordo com nossa realidade social e proporcionalidade dos demais temas das Relações Internacionais e Ciência Política. Pelos dados é possível ver que um pouco mais da metade de todas as teses (CIPOL e RI) são em RI (405 de 770), o que não se reflete proporcionalmente nos estudos de

gênero, onde apenas 5 das 22 teses de gênero são de RI. Esse dado, de alguma forma, aponta para uma maior presença dos temas internacionais nos 16 programas, e menor permeabilidade de gênero em RI do que em CIPOL. Uma interpretação positiva dos dados levaria afirmar que existem estudos de gênero, tanto em CIPOL como em RI no Brasil. Nesse sentido, existe algum espaço de

fala e de reconhecimento das perspectivas e dos temas nos últimos anos em metade (8) dos 16 programas de RI e CIPOL e em 2 dos 6 programas apenas de RI.

Das 22 teses em gênero (CIPOL e RI), os temas variam entre: desafios sociais das mulheres e minorias de direitos; violência; movimentos feministas; mídia; participação política; teorias; e análises comparadas das questões de gênero entre dois ou mais Estados. Dessas 22, as 5 teses em vínculo com as RI foram desenvolvidas nos programas de CIPOL da UFMG e UFRGS e nos programas de RI da USP e PUC-Rio.

Breno Cypriano foi orientado por Marlise Miriam de Matos Almeida e defendeu na UFMG, em 2015, a tese *Teoria Política Feminista e seus “nós”:* “a” Política e “o” Político (re)pensados a partir da construção dos saberes políticos do Norte/Sul Global. Daniela Rezende foi orientada por Magna Maria Inacio e por Royce Carroll e defendeu na UFMG, em 2015, a tese *Qual o Lugar Reservado às Mulheres? uma Análise Generificada de Comissões Legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai*. Renan Quinalha foi orientado por Rossana Rocha Reis e por James Green e defendeu na USP, em 2017, a tese *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira*

(1964 - 1988). Elena de Oliveira Schuck foi orientada por Jussara Reis Prá e defendeu na UFRGS, em 2017, a tese *Feminismo em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França*. Já Anelise Freitas Pereira Gondar foi orientada por Luis Manoel Rebelo Fernandes e Andrea Ribeiro Hoffmann e defendeu na PUC-Rio, em 2018, a tese *Destinos flutuantes, futuros imaginados: por uma História Global da educação colonial feminina alemã na primeira metade do século XX*.

Em comum, as cinco teses olham para as questões sociais para explicarem sistemas políticos maiores, como sociedade e o Estado e as desigualdades internacionais sob perspectivas de gênero. Todas orientadoras também já possuíam experiência anterior com eventos e pesquisas em gênero, o que pode facilitar a permeabilidade de aprovação desses projetos. De diferenças possuem os níveis de análise nacional, regional e global, além dos períodos históricos distintos, que reafirmam a possibilidade de se pesquisar gênero e suas teorias nos múltiplos níveis vinculados às Relações Internacionais.

Evidentemente que existem diversas fontes de publicações como periódicos, dissertações de mestrados e anais de congresso, onde esses cinco autores e muitos outros publicam textos mais

aplicados às perspectivas de gênero. Destaco, por exemplo, as pesquisas da professora Paula Drumond (PUC-Rio), como a publicação *Sex, violence, and heteronormativity: revisiting performances of sexual violence against men in former Yugoslavia* (2018) que não entrou na avaliação por ter defendido sua tese em uma instituição suíça, ainda que sua dissertação de mestrado tenha tratado de gênero nas RI.

Entretanto, além da formação, a teoria queer nos orienta a olhar para os indivíduos e as dinâmicas sociais que compõem a base da realidade política. Em 2017, em defesa pública do projeto de Claudia Santos, no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná (Nepri, 2017) alguns pesquisadores discordavam do uso de termos e métodos de gênero, como empoderamento e valores masculinos/femininos (Zalewski e Enloe, 1995) por ‘serem complicados em aplicação nos estudos das RI’. A desmotivação acometeu alguns pesquisadores que, em 2018, se uniram ao grupo MulheRIs no 59º Encontro da *International Studies Association* (ISA).

Em abril de 2018, na ISA, ocorreu uma reunião de pesquisadoras brasileiras em ação à execução da vereadora Marielle Franco do Rio de Janeiro. Organizado pelo MulheRIs, as ativistas se reuniram

para tratar das dificuldades de ampliar os espaços institucionais, como, por exemplo, nos encontros da ABRI. No ato, realizado no saguão de entrada do Hotel Hilton Union Square, denúncias e posições sobre constrangimentos e inviabilidades às questões de gênero na ABRI foram levantadas e debatidas junto a outras participantes que se somavam às representantes do MulheRIs. Como participante naquele momento, pude observar que a principal denúncia no grupo era a de que a ABRI tinha interrompido com a ação de fomentar os debates de gênero como um grupo de trabalho próprio em seu evento de Pós-Graduação a ser realizado na Unila, em setembro de 2018.

O cenário relatado pelas participantes do MulheRIs era de que existia pouco espaço e apoio institucional, a despeito de outras instituições, como a própria ISA. Na demanda foi colocado que seria preciso uma ação em rede para garantir o mínimo espaço na formação, pesquisa e divulgação dos resultados em perspectivas teóricas e temáticas de gênero. Ao final uma lista de presença foi assinada para elaboração de ata (MulheRIs, 2018) a tornar pública no Brasil a situação apresentada. Esse acontecimento leva então aos dois próximos campos de investigação: a produção de teses; e os espaços institucionais. Em 2015, por exemplo, no

texto *Direito, feminismo e relações internacionais* de Elaini da Silva:

Tome-se, por exemplo, o último Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Entre as centenas de trabalhos apresentados, apenas os seguintes abordavam especificamente alguma discussão sobre gênero e/ou mulheres: *Gênero e Mercocidades: uma análise feminista à atuação da UTGEM*, por Leonardo Mercher (UFPR) e Sabrina Villenave (PUC-Rio); *Participação feminina nos movimentos migratórios latino-americanos e contemporâneos: protagonismo e resistência*, por Vanessa Gomes Zanella (PUC-Rio); e *Quem guardará os guardiões? Uma análise sobre o abuso e exploração sexual cometidos por peacekeepers em missões de paz*, por Fernanda Barreto Alves (PUC-Rio). Nem mesmo a mesa-redonda sobre teoria e epistemologia nas Relações Internacionais teve uma representante para discutir feminismo. Essa ausência da contribuição feminista para o debate sobre o direito e as relações internacionais é prejudicial para o avanço de nosso conhecimento sobre essas relações, porque a teoria feminista tem desenvolvido uma epistemologia diferenciada em relação aos paradigmas modernos, em especial, no que se refere à análise das relações de poder. (Silva 2015, s.p.).

Esse relato da pesquisadora Elaini da Silva foi o mesmo observado no MulheRIs e por isso busquei investigar a permeabilidade. Por isso, por fim, avalio

os espaços institucionais de RI, como o caso da ABRI. A simples comparação entre a ABRI e a ISA já demonstraria uma ausência institucional das linhas de gênero, existindo hoje na ABRI o modelo de guarda-chuva de áreas, totalizando 6: Segurança Internacional; Política Externa; Economia; História; Ensino; Instituições; e Teoria. Enquanto que na ISA existem 29 seções, das quais faz parte a FTGS (Feminist Theory and Gender Studies – Teoria Feminista e Estudos de Gênero). A própria ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), como organização irmã da ABRI, possui a seção Gênero, Democracia e Políticas Públicas, o que reforça a posição ativista do grupo MulheRIs e a interpretação de baixa permeabilidade institucional nas RI no Brasil.

Como desafio à permeabilidade se coloca o ciclo de baixa formação e demanda de professores orientadores e pesquisadores que diminui as chances de maior espaço de gênero nas RI. Mas esse ciclo já não é absoluto por identificarmos frutos, ainda que poucos. A permeabilidade é baixa mas existe, mais pelo esforço de publicações e pesquisadores autônomos do que pela formação teórica básica ou espaços institucionais. Por isso, pode-se dizer que os dados apontam para a produção de gênero no grupo social brasileiro de

RI como ativismo, tanto presente na ação de grupos como MulheRIs ou MARIAS, como nos pesquisadores e meios que possibilitam essa maior presença e permeabilidade de gênero. Por exemplo, as 5 teses encontradas partem da nossa experiência regional e isso é muito importante para ampliar a diversidade das perspectivas e temáticas de gênero diante da academia brasileira e internacional das RI.

### *Considerações Finais*

Se inicialmente a demanda do grupo MulheRIs me levou a questionar a permeabilidade acadêmica de RI, os dados coletados apontaram para reafirmar os desafios de pesquisadores de gêneros e suas perspectivas teóricas. A baixa ou inexistente presença das teorias de gênero nos textos e manuais teóricos de RI dos programas de pós-graduação, bem como a baixa produção de teses de doutorado nos últimos oito anos e a ausência de uma seção própria na ABRI, diferente da ABCP e ISA, podem explicar as críticas do MulheRIs (2018) ao cenário que se apresenta como um ciclo vicioso de pouca produção que gera pouca formação e baixa diversidade de temas tratados no grupo social.

É perceptível a identificação da soma de valores predominantes no grupo social brasileiro das RI, como teorias mais positivistas (realismo, liberalismo e

construtivismo racionalista) e temas estadocêntricos na interpretação dos dados da bibliografia de seleção dos programas de pós-graduação e dos espaços institucionais, como as seções da ABRI. Dessa forma, aplicando a concepção de Weber (2016), o grupo social em questão tem baixa predominância dos temas de gênero, o que, na percepção de Halliday, seria baixa permeabilidade no grupo social que forma conceitos e concepções da realidade e, ainda como grupo epistêmico, interferem no comportamento da sociedade.

Entretanto, como sinais positivos, é possível afirmar que já existem permeabilidade, baixa, mas existe. Movimentos e novos pesquisadores, como as feministas e queers do grupo MulheRIs, buscam de forma organizada ampliar e inserir novos temas de gêneros na academia brasileira de RI. Além disso, as teses identificadas apontam para a diversificação das perspectivas de gênero, desde feministas até a queer nas RI, o que favorece a percepção do regional sob diversas óticas e enriquece o nosso grupo social. Como apontam os pesquisadores advindos da terceira onda do feminismo, o fomento da diversidade de temas e estudos em RI é essencial e perpassa aos níveis de análise tanto das pesquisas como da realidade dos próprios pesquisadores. A pluralidade

teórica e de temas não deve ser encarado como concorrentes dos demais, mas possibilitar a análise em níveis mais

profundos das variáveis explicativas das dinâmicas e agentes das Relações Internacionais.

---

### *Referências Bibliográficas*

ABCP, Associação Brasileira de Ciência Política. (2018). Área Temática: Gênero, Democracia e Políticas Públicas.

Abri, Associação Brasileira de Relações Internacionais. (2018). Áreas Temáticas.

Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge.

Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017). *Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017: Ciência Política e Relações Internacionais*. Brasília.

Collins, P. H. (2016). *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127.

Drumond, P. (2018). *Sex, violence, and heteronormativity: revisiting performances of sexual violence against men in former Yugoslavia*. In: Marysia Zalewski; Paula Drumond; Elisabeth Prügl; Maria Stern. (Org.). *Sexual Violence Against Men in Global Politics*. 1ed. Londres: Routledge, p. 152-166.

Halliday, F. (1988). *Hidden from International Relations: Women and the International Arena*. *Millenium*, v. 17, n. 3, p. 419-428.

Harding, S. (1986). *The Science Question in Feminism*. New York: Cornell University Press.

ISA, International Studies Association. (2018). *Sections: FTGS, Feminist Theory and Gender Studies Section*.

Marias, Mulheres Acadêmicas de Relações Internacionais e Ativistas Sociais (2018). Disponível em << <https://www.facebook.com/Marias-Mulheres-Acad%C3%A4micas-em-Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais-e-Ativismo-Social-527277090960593/>>>. Acesso 01/08/2018.

Mohanty, C. (1988). Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*. Duke, p. 333-358.

Mulheris, 2018. Disponível em <<  
<https://www.facebook.com/groups/189673908125915/>>>. Acesso em 01/08/2018.

Nepri, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná. (2017). Projetos de pesquisa apresentados. Disponível em <<  
<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/>>>. Acesso em 01/08/2018.

Peterson, S. (1992). *Security and Sovereign States: What is at stake in taking feminism seriously? Gendered States: Feminist (Re) Visions of International Relations Theory*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.

Phull, K.; Ciflikli, G.; Meibauer, G. (2018). Gender and bias in the International Relations curriculum: Insights from reading lists. *European Journal of International Relations*, ago. 2018. Disponível em <  
<http://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1354066118791690>>. Acesso em 04/09/2018.

Salomón, M. (2016). *Teorias e enfoques das Relações Internacionais: uma introdução*. Curitiba: Intersaberes.

Schmidt, R. (2006). Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Florianópolis: Revista Estudos Feministas*, vol. 14, n. 3, p. 265-799, set./dez.

Silva, E. C. G. (2015). *Direito, feminismo e relações internacionais*. São Paulo: Grande Angular, 04/02/2015. Disponível em <<  
<https://umagrandeangular.wordpress.com/2015/02/04/direito-feminismo-e-relacoes-internacionais/>>>. Acesso em 28/05/2018.

Sylvester, C. (1994). *Feminist Theory and International Relations in a Posmodern Era*. Cambridge University Press.

Weber, C. (2016). *Queer International Relations: sovereignty, sexuality and the will to knowledge*. Oxford University Press.

Wilmer, F. (2002). *The social construction of man, the state, and war: identity, conflict and violence in former Yugoslavia*. Routledge.

Zalewski, M.; Enloe, C. (1995). 'Questions about Identity in International Relations', *in: International Relations Theory Today*. Booth, K.; Smith, S. (orgs.). The Pennsylvania State University Press, p. 289-291.